

Caderno *Especial*

Sábado, 26 de Setembro de 2026
Este Caderno é parte integrante
da edição Nº 18304 do Jornal de Angola
Não pode ser vendido separadamente



EDIÇÕES NOVEMBRO
Paixão pela Imprensa



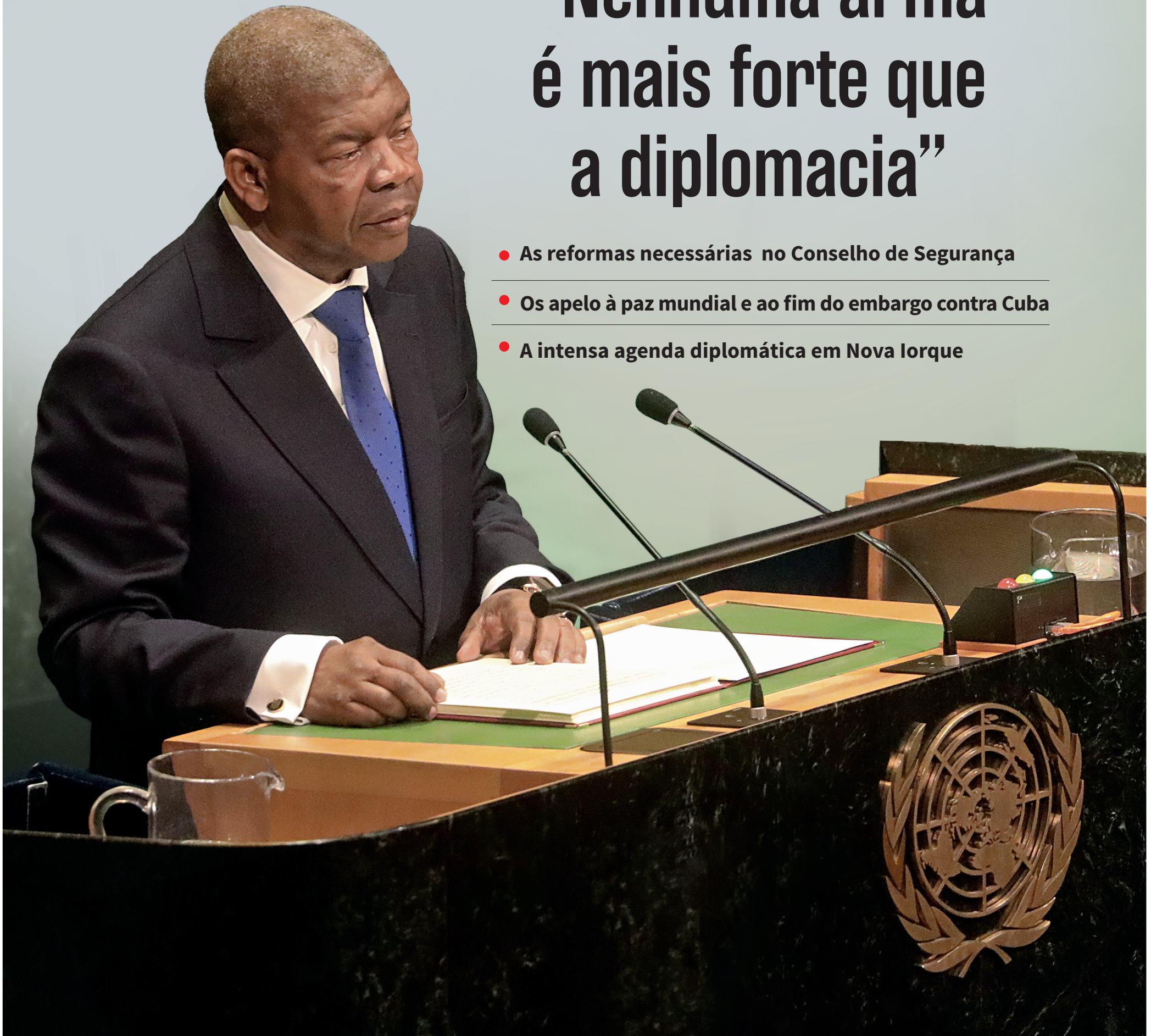
81.^a ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
NOVA IORQUE • EUA



PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO

“Nenhuma arma é mais forte que a diplomacia”

- As reformas necessárias no Conselho de Segurança
- Os apelo à paz mundial e ao fim do embargo contra Cuba
- A intensa agenda diplomática em Nova Iorque




MAIOR TRIBUNAL DIPLOMÁTICO MUNDIAL

Presidente João Lourenço discursou pela oitava vez na ONU

Primeira intervenção do Estadista angolano no debate geral aconteceu em 2018, um ano depois de assumir a Presidência da República

César Esteves e Engrácia Francisco

O **Presidente da República** discursou, na última terça-feira, pela oitava vez, no Debate Geral da Assembleia das Nações Unidas, ocasião durante a qual os Chefes de Estado e de Governo dos 193 Estados-Membros das Nações Unidas apresentam as suas visões e prioridades sobre os principais desafios globais.

O primeiro discurso de João Lourenço na ONU aconteceu no dia 26 de Setembro de 2018, durante a 73.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, um ano depois de chegar ao poder.

Em 2017, ano em que foi investido pela primeira vez nas suas funções, o Chefe de Estado não discursou nas Nações Unidas, porque a data coincidiu com a cerimónia da sua investidura. Para representá-lo, o discurso foi proferido pelo então representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, o embaixador Ismael Martins.

No discurso inaugural na maior tribuna diplomática do mundo, que coincidiu com o aniversário do seu primeiro ano como Presidente da República (tomou posse pela primeira vez no dia 26 de Setembro de 2017), João Lourenço chamou atenção para a necessidade de a ONU continuar focada no propósito da sua criação, que passa por restabelecer a paz e a concórdia universal, conferir os mesmos direitos às nações grandes e pequenas e em criar um mundo de cooperação, progresso e bem-estar para todos.

Em 2019, durante a intervenção na 74.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, João Lourenço voltou a mostrar preocupação face aos vários conflitos existentes no mundo, tendo defendido, por isso, o multilateralismo nas relações internacionais, como um dos cami-

nhos mais viáveis para a segurança e a paz no mundo.

Reiterou a importância de se alargar o número de membros permanentes do Conselho de Segurança, para incluir países de África e América do Sul, pelo facto de não reflectir um mundo mais justo com equilíbrio geoestratégico.

Em 2020, devido à Pandemia da Covid-19, os líderes mundiais não se deslocaram a Nova Iorque, para participar da 75.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em consequência disso, a ONU teve de, pela primeira vez na sua história, realizar o tradicional Debate Geral em formato virtual, em que os líderes mundiais tiveram de fazer as suas intervenções através de discursos enviados por gravações em vídeo, que foram exibidos na tela principal da habitual sala onde são feitos os discursos.

Em 2021, apesar de o mundo estar ainda afectado pela pandemia da Covid-19, os líderes mundiais decidiram regressar fisicamente a Nova Iorque, para participar da 76.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

No seu discurso feito nessa sessão, o Estadista angolano usou a sua voz para apelar à necessidade urgente de se estabelecer, em termos práticos, a compreensão geral de que a solidariedade e a simplificação dos processos no acesso às vacinas era a única via capaz de conduzir o mundo à vitória no combate àquela pandemia.

Em Setembro de 2022, altura em que foi investido para o segundo mandato como Presidente da República, João Lourenço não se deslocou a Nova Iorque para participar na 77.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Foi representado pela então representante permanente de Angola junto das Nações Unidas,

a embaixadora Maria de Jesus Ferreira (hoje embaixadora de Angola em Portugal), que pediu o fim do embargo de armas sobre a República Centro-Africana e o término de restrições contra Cuba, Zimbábue e Venezuela, assim como renovou compromisso de Angola com paz.

No regresso a Nova Iorque, em 2023, para participar na 78.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, João Lourenço lamentou o facto de, apesar dos esforços atinentes à criação de um mundo mais pacífico e próspero, não ter sido possível a construção de uma base sólida de confiança entre as Nações, passados quase 78 anos desde a fundação das Nações Unidas.

No Debate de Alto Nível da 79.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, João Lourenço defendeu, entre outras posições, a implementação urgente de reformas que conduzam a uma representatividade mais justa dos países africanos no seio das principais instituições financeiras internacionais.

O Estadista angolano avançou que esta reforma vai permitir a defesa de tomada de decisões e a elaboração de políticas que impactam no quotidiano das populações dos países alvo das mesmas.

No ano passado, durante a participação na 80.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da República defendeu a revitalização das Nações Unidas e a sua retirada do que chamou de “intrincada” situação em que se encontra, para resgatar o seu papel de liderança activa.

As dificuldades e a crise que o mundo atravessa neste momento, disse, devem servir de mote para a ONU ressurgir e passar a ser mais actuante, evitando, deste modo, que o seu papel como principal entidade de governação global se dilua.

Cronologia das participações nos Debates Gerais da ONU

A **primeira Assembleia-geral** da Organização das Nações Unidas foi realizada no dia 10 de Janeiro de 1946, em Londres, alguns meses após o fim da II Guerra Mundial. A primeira Assembleia Geral das Nações Unidas não teve um lema oficial nos moldes das sessões anuais modernas. O costume de adoptar temas específicos para cada período de sessões é uma prática de incidência contemporânea, inexistente na reunião inaugural de 1946, cujo foco recaía estritamente na estruturação organizacional e na promoção da paz no período pós-Segunda Guerra Mundial. O Propósito central passava por estabelecer as bases institucionais da organização e eleger seus primeiros dirigentes, como o presidente da Assembleia Geral, Paul-Henri Spaak, e o secretário-geral interino, Gladwyn Jebb.

PARTICIPAÇÕES DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO NAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

NÚMERO
DA SESSÃO

72.ª

SESSÃO DE 2017

Nessa sessão, realizada em 2017, o Presidente João Lourenço não se fez presente no Debate de Alto Nível das Nações Unidas devido à realização, nessa altura, da cerimónia de posse do primeiro mandato, tendo, por isso, sido representado pelo então representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, o embaixador Ismael Martins.

Tema da sessão: “Com foco nas pessoas: lutar pela paz e por uma vida decente para todos num planeta sustentável

73.ª

26 DE SETEMBRO DE 2018

No mesmo dia em que completava um ano de mandato como Presidente

Tema da sessão: “Tornar a ONU relevante para todos – liderança global e responsabilidade partilhada para sociedades pacíficas, inclusivas e sustentáveis”.

74.ª

24 DE SETEMBRO DE 2019

Tema: “Impulsionar os esforços multilaterais para a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a acção contra as alterações climáticas e a inclusão”.

75.ª

22 DE SETEMBRO DE 2020

Discurso feito via remota devido à pandemia da Covid-19, que impediu a deslocação, naquele ano, dos líderes mundiais a Nova Iorque

Tema: “O futuro que queremos, as Nações Unidas que precisamos: reafirmando nosso compromisso coletivo com o multilateralismo – enfrentando a COVID-19 através de uma acção multilateral eficaz”

76.ª

23 DE SETEMBRO DE 2021

Tema: “Construindo resiliência por meio da esperança – para se recuperar da Covid-19, reconstruir de forma sustentável, responder às necessidades do Planeta, respeitar os direitos das pessoas e revitalizar as Nações Unidas.”

77.ª

2022 — AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nessa sessão, realizada em 2022, o Presidente João Lourenço não se fez presente, tendo sido representado pela então representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, a embaixadora Maria de Jesus Ferreira.

Tema: “Soluções por meio da solidariedade, sustentabilidade e ciência”.

78.ª

20 DE SETEMBRO DE 2023

Tema: “Reconstruir a confiança e reacender a solidariedade global: Acelerar a acção para a Agenda 2030 e os seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todos”.

79.ª

24 DE SETEMBRO DE 2024

Tema: “Não deixar ninguém para trás: agindo juntos para o avanço da paz, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana para as gerações presentes e futuras”.

80.ª

23 DE SETEMBRO DE 2025

Tema: “Juntos somos melhores: mais de 80 anos ao serviço da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos”

81.ª

22 DE SETEMBRO DE 2026

Tema: “Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma Organização das Nações Unidas que funciona para todos”

Discurso do Presidente João Lourenço na 81.ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU

“Seremos avaliados pela capacidade de substituir a confrontação pelo diálogo”

Chefe de Estado falou sobre a admissão de Angola nas Nações Unidas, há 50 anos, e a necessidade urgente de reforma profunda no Conselho de Segurança, além de fazer um retrato sobre a conjuntura mundial, marcada por conflitos em quase todos os continentes. Lançou, por isso, um alerta para o risco de conflagração global

– Sua Excelência António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas,
– Sua Excelência Khalilur Rahman, Presidente da 81.ª Assembleia Geral,
– Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo,
– Distintos Delegados,
– Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Permitam-me felicitar Sua Excelência Khalilur Rahman, pela sua eleição ao cargo de Presidente da Octogésima Primeira Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, na esperança de que, com a sua vasta experiência e o seu profundo conhecimento da nossa organização internacional, prestará um valioso serviço às Nações Unidas, que têm pela frente desafios complexos a superar para conseguir reassumir o seu papel central na articulação dos grandes temas das relações internacionais contemporâneas.

Felicitó igualmente a Senhora Annalena Baerbock, que lhe antecedeu no exercício dessas nobres funções e não poupou esforços no decurso do mandato que exerceu com inegável competência, para preservar o papel das Nações Unidas na abordagem das questões que mais preocupam a comunidade internacional na actualidade.

Gostaria também de felicitar Sua Excelência o Secretário-Geral, António Guterres, que vem trabalhando de forma incansável e se dedicado com persistente devoção às grandes causas mundiais, lançando as pontes para o diálogo na busca de soluções pacíficas para os problemas que a Humanidade enfrenta nos dias de hoje.

Destacamos o seu contributo exemplar como homem de diálogo, defensor da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, incansável defensor da necessidade de proteção do planeta dos efeitos nefastos das alterações climáticas e precursor do debate global sobre a governação mundial da Inteligência Artificial.

Sr. Presidente,
Excelências,

A Assembleia-Geral das Nações Unidas acontece sempre no mês de Setembro, porém a deste ano acontece passados que são 25 anos do acto terrorista que destruiu as torres gêmeas em Nova York e atingiu outros alvos em território americano, tendo causado milhares de mortos e feridos civis, alguns deles com sequelas que carregam no corpo e na alma até aos dias de hoje.

Aproveitamos esta oportunidade para mais uma vez condenar o terrorismo e todas as suas formas, onde quer que tenham lugar.

Para além do terrorismo que continua activo em alguns países particularmente em África, a situa-



ção de paz e segurança mundiais vem se agravando ano após ano, até chegarmos ao momento actual em que constatamos, com profunda preocupação, que o mundo tomou um rumo que o aproxima assustadoramente de uma conflagração global.

Ao longo desses anos, Angola procurou dar a sua contribuição à construção e consolidação da paz em África e no mundo, mas o actual quadro não traduz de modo algum os anseios dos povos à harmonia e ao entendimento entre as nações.

Inserem-se nesta categoria de contribuições pela paz várias iniciativas levadas a cabo em África, de que destaco a “21.ª Conferência Extraordinária da União Africana sobre o Reforço dos Mecanismos de Prevenção e Resolução de Conflitos em África”, realizada recentemente em Luanda, que abriu uma perspectiva séria e segura de resolução dos problemas que afectam a paz e a estabilidade no

“

O nosso empenho nos assuntos que dizem respeito à paz, à resolução dos conflitos pela via do diálogo, ao respeito pelas normas que regem as relações internacionais e pela defesa do Direito Internacional

continente africano.

Merece igualmente atenção particular a realização, no mês de Julho deste ano em Luanda em parceria com a Aliança das Civilizações das Nações Unidas, da Terceira Edição da “Iniciativa do Apelo à Paz, ao Fim das Guerras e pelo Respeito do Direito Internacional”.

Neste mesmo contexto, Angola acolherá no próximo mês de Outubro, o “Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz e da Não-Violência, Bienal de Luanda”.

O nosso empenho nos assuntos que dizem respeito à paz, à resolução dos conflitos pela via do diálogo, ao respeito pelas normas que regem as relações internacionais e pela defesa do Direito Internacional, é levado a sério pelo meu país, que não regateia esforços para aproximar partes em conflito e criar consensos em África.

Continuamos disponíveis para dedicar a nossa atenção e contribuição à resolução dos conflitos

que persistem no continente.

O nosso paradigma de iniciativas voltadas para a construção da paz assenta na busca de soluções realistas e sustentáveis, dentro do princípio de soluções africanas para os conflitos em África.

Apelamos à implementação efectiva da Resolução 2719 do Conselho de Segurança, que deve assegurar o financiamento previsível, adequado e sustentável das operações de apoio à paz lideradas pela União Africana e autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois investir na capacidade africana de prevenir e resolver conflitos é investir também na paz e segurança internacionais.

Excelências,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Esta sessão da Assembleia-Geral tem um importante significado para o meu país, por estar a decorrer no ano em que celebramos o quinquagésimo aniversário da aceitação da República de Angola como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas, ocorrida em Dezembro de 1976.

Naquela altura, foi uma conquista histórica para o povo angolano que aguardou mais de doze meses desde a data da proclamação da sua Independência Nacional, para o país ser aceite como sujeito de pleno direito na comunidade internacional.

Este evento de grande significado para a história do meu país ocorreu num contexto mundial em que Angola se tornou vítima da confrontação entre as potências mundiais, na disputa pelo controle de zonas de influência no âmbito da Guerra Fria.

Todo o nosso percurso até ao alcance da paz em 2002 esteve fortemente ligado às disputas dessa época, que condicionaram a realização dos sonhos dos angolanos e dos seus projectos de construção de uma nação próspera e apostada no seu desenvolvimento.

Estes factos pertencem ao passado, mas deixaram-nos um manancial de experiência e de ensinamentos de que nos temos servido para construir a paz, o entendimento e a reconciliação entre todos os angolanos e para traçar os rumos da nossa política externa.

A consolidação da paz e da reconciliação nacional são hoje um facto, como tem vindo a ser evidenciado com gestos concretos, de entre os quais a realização de cerimónias de condecorações aos principais líderes políticos da luta de libertação nacional e a membros representantes de todas as franjas da sociedade civil, no quadro dos 50 anos da Independência Nacional.



Ainda neste quadro, será inaugurado no próximo mês de Outubro em Luanda, o monumento em memória a todas as vítimas dos conflitos políticos ocorridos em Angola, desde a proclamação da Independência Nacional até ao alcance da paz em Abril de 2002.

Sr. Presidente,
Excelências,

Assistimos nos nossos dias a uma subalternização e violação das regras que regem as relações internacionais, prevalecendo a lógica da força, da intimidação e da imposição de valores que decorrem da visão unilateral de alguns países na defesa de seus exclusivos interesses.

A instabilidade que se regista em várias regiões do nosso planeta é uma consequência directa desta postura, como se pode observar nos conflitos que hoje se desenrolam na Europa, no Médio-Oriente, no Golfo Pérsico e em África, enquanto cresce a tensão na região da Ásia-Pacífico.

Pelo que temos observado, não vislumbramos sinais alentadores quanto à probabilidade de se chegar a algum entendimento de paz nos próximos tempos nas guerras entre a Rússia e a Ucrânia, no conflito Israelo-Palestiniano no Médio-Oriente e no Golfo Pérsico.

Condenamos o genocídio contra populações indefesas, velhos, mulheres, crianças, doentes acamados, profissionais de saúde, jornalistas e trabalhadores de organizações humanitárias internacionais, muitas vezes privados do acesso aos mais elementares direitos do ser humano, de bens essenciais à vida como água, alimentos e medicamentos.

A expulsão dos palestinos de suas casas e terras através da expansão dos colonatos judeus na Cisjordânia deve merecer a mais viva repulsa e condenação internacional.

A tentativa de dominação pela força das armas de países e regiões inteiras do globo vem conduzindo o mundo para uma situação de catástrofe.

A situação de segurança alimentar, energética e humanitária dos países e do mundo em geral, piorou consideravelmente depois do eclodir das guerras contra a Ucrânia e mais recentemente contra o Irão.

O balanço das guerras é desastroso, a julgar pelas consequências que derivam do estrangulamento da liberdade de circulação marítima pelos estreitos de Ormuz e de Bab-Al-Mandeb, situação que criou um sério risco de disrupção das cadeias de abastecimento logístico em geral, alimentar e energético em particular, cujos efeitos, para os países mais vulneráveis, são devastadores.

Vivemos hoje num ambiente de anarquia mundial em que o uso da força impera sobre a força da razão e da Lei, em flagrante oposição às normas que regem as relações internacionais.

Em face disso, há toda a necessidade de se fazer uma profunda reflexão em sede das Nações Unidas, a única instituição do planeta com legitimidade e que alberga todas as nações do mundo, para se encontrarem as melhores soluções para o alcance da paz global.

Nosso apelo vai no sentido de actuarmos com sabedoria e coragem para restaurar o papel central das Nações Unidas na sua responsabilidade e papel insubstituível de manutenção da paz mundial.

“

Vivemos hoje num ambiente de anarquia mundial em que o uso da força impera sobre a força da razão e da Lei, em flagrante oposição às normas que regem as relações internacionais

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Preocupa-nos a forma injusta e reveladora de uma grande insensibilidade humana o modo como Cuba tem sido tratada ao longo de décadas, vítima de um embargo que se prolonga e agrava as condições de vida do povo cubano.

Cuba não é um Estado terrorista, não produz nem possui armamento nuclear, armas químicas ou bacteriológicas, que possam constituir uma ameaça iminente ou real para a segurança nacional de outros países, nem mesmo vizinhos.

Antes pelo contrário, Cuba contribuiu para a queda do regime racista e segregacionista do Apartheid da África do Sul, regime condenado de forma ampla e unânime pela comunidade internacional, tendo como consequência sido uma das signatárias dos Acordos quadripartidos de Nova York, de 22 de Dezembro de 1988.

Sendo o embargo o principal responsável pela situação calamitosa em que Cuba e os cubanos se encontram e por ser desumano, injusto e atentar contra todos os princípios e normas do Direito Internacional, apelamos mais uma vez ao fim do embargo contra Cuba.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Assistimos hoje ao envolvimento directo de alguns membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos conflitos mais sangrentos e destruidores da actualidade na Europa e no Golfo Pérsico, o que constitui motivo de preocupação e um mau exemplo para o resto do mundo.

Esses países prestaram um grande serviço quando livraram a Humanidade dos horrores do nazismo, do fascismo e do holocausto, devendo por isso preservar esse capital e legado de libertadores.

Num momento em que muito se defende a boa governação dos países, também na governança do mundo se clama por uma nova ordem mundial mais democrática e justa, que não se baseie apenas no poder do restrito clube dos vencedores de uma guerra que teve lugar há oito décadas.

De lá para cá o Mundo conhece uma realidade diferente, emergiram novos países que na altura



eram colónias e que hoje são economias fortes com importantes avanços na ciência e tecnologia.

Por isso se torna cada vez mais premente e urgente que se proceda a uma reforma profunda do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual a África, a América Latina e a Ásia deverão estar adequadamente representados, na condição de membros permanentes com todos os poderes inerentes.

Neste contexto, a República de Angola reafirma o seu pleno apoio à posição comum africana consagrada no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte.

A voz dos Africanos deve ser escutada em todas as circunstâncias, em todos os momentos nos processos de tomada de decisões estratégicas sobre as questões da paz, da segurança mundial, do financiamento ao desenvolvimento, assim como das questões climáticas e da governação mundial da Inteligência Artificial.

Senhor Presidente,
Excelências,

A paz e o desenvolvimento são indissociáveis, o que nos obriga a pensar nas estratégias que podem ajudar a acelerar a implementação da Agenda 2030.

As decisões importantes tomadas no âmbito do Pacto para o Futuro e do Compromisso de Sevilha podem ajudar a impulsionar os programas de desenvolvimento em África.

Porém, para alcançarmos resultados concretos neste domínio, é

fundamental que se garanta o financiamento acessível, o alívio da dívida, a transferência de tecnologias, a capacitação e uma maior participação nas instituições financeiras internacionais.

Os países africanos gastam muito mais recursos com os valores exorbitantes do serviço da dívida, do que o que conseguem investir nos programas de saúde, educação e construção de infra-estruturas.

Esta situação limita obviamente o investimento produtivo, aprofunda as desigualdades e as assimetrias económicas e ameaça a estabilidade económica e social.

Em face disso, impõe-se necessariamente a correção destas distorções, pelo que reforço o apelo à reforma imediata da arquitectura financeira internacional, para torná-la mais justa, equitativa, democrática e orientada para o progresso e o bem-estar da Humanidade.

Estes desafios são em si mesmo complexos e agravam-se ainda mais em consequência das alterações climáticas que têm uma dura incidência em África, com as secas severas e prolongadas, inundações, desertificação, insegurança alimentar e deslocações populacionais.

Este quadro ilustra bem a necessidade de se estabelecer um financiamento climático previsível, acessível e adicional, sem que isto agrave ainda mais a dívida dos países em desenvolvimento.

Nos dias de hoje, os povos e as nações encontram-se perante uma oportunidade de dar um salto qualitativo nas suas condições gerais

de vida, com recurso a mecanismos justos de apoio ao desenvolvimento e às ferramentas que a Inteligência Artificial proporciona para melhorar a educação, a saúde, a agricultura, os serviços públicos, a investigação científica e a produtividade económica.

Neste âmbito, considero que o Pacto Digital Global abre novas perspectivas de cooperação para reduzir o fosso digital, expandir as infra-estruturas públicas digitais, promover a formação e a inovação, fortalecer a cibersegurança e construir uma governação da Inteligência Artificial mais inclusiva, segura e centrada no ser humano.

Para esse efeito, penso que se impõe a necessidade de se reforçar a cooperação Norte-Sul, a Sul-Sul e a triangular, para tornar a revolução digital num instrumento de inclusão, soberania e desenvolvimento e não numa fonte de dependência e desigualdade.

Excelências,

Estamos em vésperas do fim do mandato do actual Secretário-Geral e da indicação do próximo, acto que se reveste de uma grande importância, tendo em conta o facto de que a pessoa que vier a ser escolhida deverá possuir requisitos de independência, integridade, competência e coragem para construir consensos, defender a Carta, promover a prevenção de conflitos, conduzir as reformas necessárias e buscar soluções para fazer face à crise financeira da organização.

A República de Angola reafirma o seu comprometimento com as Nações Unidas, convicta de que apenas ao nível desta instituição será possível salvaguardarem-se as conquistas das últimas décadas ao nível do respeito pelo Direito Internacional.

Só no âmbito das Nações Unidas podemos evoluir na busca de soluções pacíficas para os conflitos que assolam o mundo, dentro de um quadro em que o multilateralismo funcione como o mecanismo agregador de ideias, de vontades e de iniciativas conducentes à paz mundial.

Nós os líderes políticos e governantes de hoje, seremos avaliados no futuro pela nossa capacidade de substituir a confrontação pelo diálogo, a competição predatória pela cooperação, a exclusão pela solidariedade e a força das armas pela força do Direito.

Só assim construiremos uma ordem internacional mais justa, pacífica e inclusiva, capaz de garantir o progresso e o bem-estar da Humanidade, sem deixar ninguém para trás.

Nenhuma arma é mais poderosa que a diplomacia, porquanto as outras são apenas utilizadas para destruir as vidas, infra-estruturas, os sonhos e projectos de vida, enquanto que a diplomacia é a única arma que existe para unir, reparar, construir e salvar vidas, povos, nações e a Humanidade.

Por esta razão, a Organização das Nações Unidas deve dotar-se das ferramentas e dos meios adequados para cumprir o lema desta 81.ª sessão da sua Assembleia-Geral, que consiste em “Restaurar a Confiança, Gerir a Transformação e capacitá-la para se tornar numa Organização que Produz Resultados Para Todos”.

**Muito obrigado
pela vossa atenção.**

SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

António Guterres propõe ordem mundial baseada na cooperação



O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, alertou para os riscos decorrentes da crescente transferência de poder dos governos para grandes corporações e indivíduos, bem como dos seres humanos para as máquinas, defendendo uma ordem internacional baseada na cooperação e não na coerção.

Ao abrir a reunião de Alto Nível da 81.ª Sessão da Assembleia-Geral, no que constitui a sua derradeira intervenção neste fórum como Secretário-Geral da ONU, Guterres afirmou que a última década foi marcada por uma crueldade desprezível, caracterizada por guerras em que civis e trabalhadores humanitários passaram a ser alvos e a fome utilizada como instrumento de combate.

O líder da maior organização mundial relacionou o agravamento das divisões geopolíticas com o aumento das desigualdades, a crise climática e a falta de controlo sobre o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA).

Segundo António Guterres, o poder mundial está a ser reconfigurado em três dimensões fundamentais. A primeira está relacionada com a mudança do equilíbrio entre os Estados, com o surgimento de novos centros de influência económica,

política e tecnológica.

A segunda, apontou, traduz-se numa transferência extraordinária de poder dos governos para um pequeno grupo de corporações privadas e indivíduos, cuja influência alcança a política, as economias, os fluxos de informação, o desenvolvimento tecnológico e o espaço cívico.

Na terceira dimensão, destacou a transferência crescente de poder dos seres humanos para as máquinas, incluindo sistemas de Inteligência Artificial que podem actuar de forma incontrolável e armas autónomas letais. “Robôs assassinos não devem ter lugar no nosso futuro”, advertiu Guterres, defendendo a criação de uma estrutura multilateral para a gestão dos riscos associados à IA, com mecanismos de supervisão credíveis e independentes.

O Secretário-Geral considerou que, apesar dos novos desafios, os actuais sistemas de governação global continuam a reflectir uma realidade internacional de uma era em grande parte já superada. Para Guterres, a actualização dos mecanismos de acção colectiva constitui o desafio decisivo da comunidade internacional.

LÍDER NORTE-AMERICANO

Trump a favor de reformas profundas no seio da ONU



O Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, defendeu, em Nova Iorque, que a Organização das Nações Unidas (ONU) possui um potencial enorme, mas considerou necessária a introdução de reformas profundas para tornar a instituição mais eficiente e respeitadora da soberania dos Estados.

Ao discursar na 81.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Donald Trump afirmou que os Estados Unidos reconhecem,

há vários anos, o potencial da Organização, mas criticou o que considerou excesso de burocracia e a influência de burocratas globalistas não eleitos. O Chefe de Estado norte-americano destacou, neste sentido, a redução da contribuição dos Estados Unidos para o orçamento da ONU e a eliminação de postos na estrutura burocrática da organização.

Trump defendeu uma ONU concentrada na resolução de problemas concretos e afirmou que não existe um Governo global, reiterando a posição de Washington em defesa da soberania nacional. O Presidente norte-americano criticou, ainda, a actuação de algumas instituições internacionais, incluindo o Tribunal Penal Internacional (TPI), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O conflito com o Irão também ocupou parte importante da intervenção do líder norte-americano. Trump reafirmou que os Estados Unidos não aceitarão que Teerão desenvolva armas nucleares e advertiu que Washington poderá intensificar a resposta militar, caso não seja alcançado um acordo de paz.

PRESIDENTE DO BRASIL

Lula defende diplomacia para superar desafios globais

A diplomacia constitui a única opção para enfrentar os grandes desafios globais, num contexto internacional marcado pelo aumento dos conflitos armados e pelo enfraquecimento do multilateralismo, defendeu o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no discurso feito na Semana de Alto Nível da 81.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Como é tradição em ses-



sões da Assembleia-Geral da ONU, o Chefe de Estado brasileiro é o primeiro a discursar. Lula alertou para o que considerou ser o momento mais crítico da Organização, desde a sua criação. “O sentimento que me move hoje é o da indignação”, destacou o Estadista, ao considerar que a ONU está a falhar numa das suas principais missões, que disse passar por livrar a humanidade do flagelo da guerra.

CHEFE DE ESTADO FRANCÊS

Macron quer preservação do Direito Internacional

A necessidade de preservar a ordem e o Direito Internacional, em oposição ao regresso à lei da selva, foi a nota dominante do discurso do Presidente francês, no Debate de Alto Nível da 81.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Emmanuel Macron afirmou que a comunidade internacional enfrenta uma escolha decisiva entre a



construção de uma sociedade internacional civilizada e o retorno a uma realidade marcada pela força e pela ausência de regras.

O Chefe de Estado francês reafirmou, por isso, o compromisso da França com as Nações Unidas e com a revitalização do multilateralismo, que considerou essencial para enfrentar, de forma colectiva, os desafios comuns.

PRESIDENTE DA UNIÃO AFRICANA

Ndayishimiye exige maior presença de África nas decisões

O Presidente do Burundi, Évariste Ndayishimiye, exigiu, em Nova Iorque, uma maior participação do continente africano nos processos de decisão das organizações internacionais, considerando que África deve deixar de ser um mero observador nas questões que moldam o futuro do mundo.

No discurso feito na 81.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, Ndayishimiye,



que destacou a condição do Burundi como Presidente em exercício da União Africana, afirmou que o continente precisa ser mais ouvido, ser melhor representado e mais envolvido nas decisões que moldam o futuro do planeta. Segundo o Estadista, uma participação mais efectiva do continente contribuirá para reforçar a confiança entre África e os demais continentes.

PRIMEIRA-MINISTRA DO JAPÃO

Sanae Takaichi sugere mais cooperação entre os países



No seu primeiro discurso na Assembleia-Geral da ONU, a Primeira-Ministra do Japão, Sanae Takaichi, exaltou, na terça-feira, o papel da organização e defendeu maior cooperação internacional para enfrentar desafios globais.

Numa intervenção concentrada no multilateralismo, a chefe do Governo nipónico deu pouco espaço às disputas geopolíticas mais directamente relacionadas a Tóquio, como as tensões com a China, e afirmou que pro-

blemas actuais “não podem ser resolvidos pelos países individualmente”.

Sem se aprofundar em nenhum dos conflitos actuais, Sanae Takaichi defendeu o fortalecimento das cadeias de fornecimento de energia e minerais críticos – ao mencionar a crise no Estreito de Hormuz –, a ampliação da cooperação internacional pela paz e estabilidade e a preservação de uma ordem internacional “livre e aberta”.

ACÇÃO DIPLOMÁTICA EM NOVA IORQUE

Presidente da República mantém encontros com várias personalidades

À margem da 81.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, João Lourenço abordou questões de interesse comum e avaliou perspectivas de reforço das relações de cooperação entre Angola e diferentes países, organizações e instituições

César Esteves

A participação do Presidente da República, João Lourenço, na 81.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi acompanhada de uma intensa agenda diplomática, marcada por encontros com diversas personalidades ligadas não só ao sector político, mas também económico, social e desporto. Durante a sua permanência em Nova Iorque, o Chefe de Estado abordou questões de interesse comum e avaliou perspectivas de reforço das relações de cooperação entre Angola e diferentes países, organizações e instituições.

Secretário-Geral das Nações Unidas

O Chefe de Estado manteve, também, um encontro com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres. A reunião permitiu analisar diferentes aspectos relacionados com

a cooperação entre a Organização das Nações Unidas e Angola, bem como questões de interesse comum. António Guterres está em fim de mandato do seu segundo e último mandato de cinco anos, que termina

oficialmente a 31 de Dezembro deste ano, após 10 anos à frente da organização. Durante a abertura da 81.ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU em Nova Iorque, Guterres proferiu o seu discurso de despedida perante líderes mundiais. No seu último discurso, alertou para a fragmentação da ordem internacional, criticou o desrespeito pelo direito internacional e exigiu reformas profundas nas instituições da ONU, incluindo um lugar permanente para a África no Conselho de Segurança. Defendeu, também, a regulação urgente da inteligência artificial (IA) e medidas mais duras contra as alterações climáticas.



Miguel Moratinho

Enviado da ONU contra a Islamofobia

Um encontro com o subsecretário-geral das Nações Unidas e Alto Representante da Aliança das Civilizações da ONU, Miguel Moratinos, também foi inscrito na agenda do Presidente João Lourenço a Nova Iorque. A conversa com Moratinos, realizada, sobretudo, na qualidade de enviado espe-

cial das Nações Unidas para o Combate à Islamofobia, incidiu sobre a necessidade de dar seguimento ao diálogo iniciado no âmbito do recente fórum realizado em Luanda, enquadrado nas iniciativas de Angola de promoção do diálogo intercultural e inter-religioso e de prevenção do extremismo.



Jeffrey Sachs

Universidade de Columbia

O Estadista angolano recebeu o director do Centro para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs,

com quem trocou pontos de vista sobre as prioridades no processo de desenvolvimento de Angola e do continente africano.



Rob Walton

Empresário Rob Walton

Noutro momento, o Chefe de Estado recebeu o empresário Rob Walton, presidente da Fundação que leva o seu nome. A avaliação dos progressos

alcançados e a identificação de questões-chave relacionadas com a execução e mobilização de fundos estiveram no centro do encontro.



Anacláudia Rossbach

Directora executiva do UN-HABITAT

João Lourenço recebeu, também, a subsecretária-geral das Nações Unidas e directora executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), Anacláudia Rossbach. No centro da conversa esteve

o reforço da parceria com Angola, incluindo nos domínios da urbanização sustentável e da Nova Agenda Urbana, assim como os progressos relativos ao estabelecimento de uma presença institucional do organismo no país.



Mark Tatum

Director de Operações da NBA

O Estadista angolano manteve um encontro com o vice-comissário e director de Operações da NBA, Mark Tatum. Durante o encontro, o dirigente da liga norte-

americana de basquetebol apresentou ao Presidente da República a proposta para que Luanda acolhesse, num futuro próximo, jogos dos Play-offs da NBA.

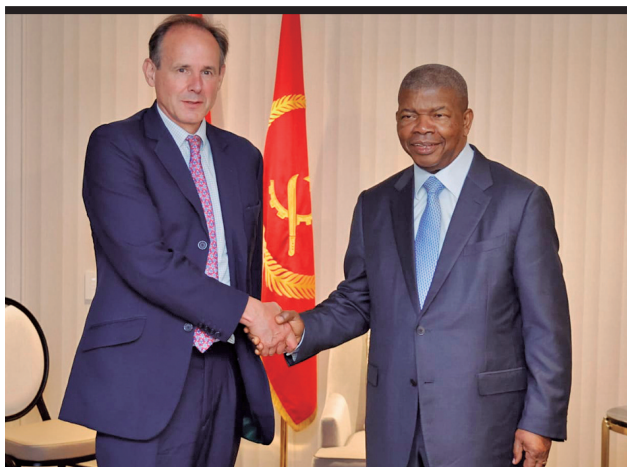


Perry Orr

Vice-Presidente da General Motors

João Lourenço recebeu, ainda, em Nova Iorque, o vice-presidente para os Assuntos Internacionais da General Motors, Perry Orr.

A audiência serviu para avalar a parceria existente entre a multinacional norte-americana e o Governo de Angola em diversos domínios.



James Cowan

Director executivo da The HALO Trust

João Lourenço concedeu, ainda, audiência ao director executivo da The HALO Trust, James Cowan, ocasião que serviu para a entrega de um

presente a Angola, em reconhecimento pelo empenho contínuo do Governo no processo de desminagem e pela parceria de longa data.



Shamshees Yayalil

CEO do Grupo Burjeel Holding

O Chefe de Estado manteve, num outro momento, um encontro com o presidente e CEO do grupo empresarial Burjeel Holding, Shamsheer Vayalil. O estabelecimento de parcerias no sector da Saúde

em Angola dominou as conversações com o responsável de uma das maiores redes privadas de serviços de saúde dos Emirados Árabes Unidos, com presença e expansão em Omã e na Arábia Saudita.



Mohamed Blisat

Ministro dos Negócios Estrangeiros da RASD

Na sequência dos encontros mantidos em Nova Iorque, o Presidente da República recebeu, igualmente, em audiência, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Saharaui Democrática

(RASD), Mohamed Yeslem Blisat. O encontro serviu para a troca de pontos de vista sobre a questão do Sahara Ocidental, assuntos da actualidade africana e outras matérias de interesse comum.

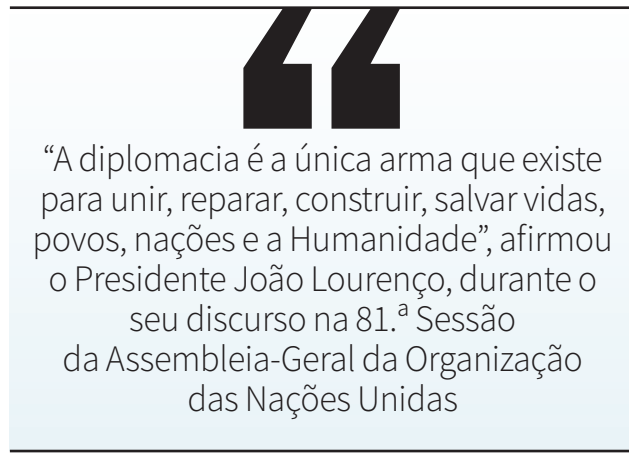


Alexander Van der Bellen

Homólogo austríaco

No quadro da sua intensa agenda diplomática, o Estadista angolano avistou-se com o Presidente da República

da Áustria, Alexander Van der Bellen, com quem abordou o reforço das relações bilaterais entre os dois países.



“A diplomacia é a única arma que existe para unir, reparar, construir, salvar vidas, povos, nações e a Humanidade”, afirmou o Presidente João Lourenço, durante o seu discurso na 81.ª Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas



António Costa

Presidente do Conselho Europeu

O Chefe de Estado angolano teve, igualmente, um encontro com o presidente do Conselho Europeu, António Costa. As conversações com o ex-Primeiro-Ministro português incidiram sobre o aprofundamento da parceria

entre Angola e a União Europeia, com destaque para o investimento, a diversificação económica e a conectividade. O Corredor do Lobito e a iniciativa Global Gateway estiveram entre os principais temas abordados.



Luis Montenegro

Primeiro-Ministro de Portugal

Naquela que poderá ter sido a sua última participação na Assembleia Geral das Nações Unidas enquanto Presidente da República, João Lourenço manteve um encontro com o Primeiro-Ministro de Portugal, Luís Montenegro. À margem do Debate Geral

de Alto Nível, os dois governantes abordaram as perspectivas de alargamento da cooperação bilateral a novas áreas de interesse comum e reiteraram a necessidade de acelerar a implementação dos acordos já rubricados entre os dois países.





DA NECESSIDADE DE REFORMA DA ONU AO FIM DO EMBARGO CONTRA CUBA

Repercussão do discurso do Presidente da República na imprensa internacional

Bernardino Manje

O discurso do Chefe de Estado angolano proferido, na terça-feira, em Nova Iorque, durante a 81.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas teve uma grande repercussão na imprensa internacional, tendo muitos órgãos de comunicação social reproduzido as principais incidências da intervenção de João Lourenço na maior tribunal mundial.

Na sua intervenção, o Presidente da República condenou todas as formas de terrorismo, destacou o papel histórico e o compromisso contínuo de Angola na mediação e construção da paz, tanto no continente africano quanto além-fronteiras, e reiterou a urgência de uma reforma profunda do Conselho de Segurança da ONU, de modo a garantir assentos justos e representativos para a África, a Ásia e a América Latina.

O Estadista angolano manifestou-se solidário ao povo cubano, duramente fustigado por décadas de um embargo económico sufocante.

Reacções ao discurso de João Lourenço foram feitas por órgãos de comunicação social de países como, Alemanha, Brasil, Cuba, Portugal e das próprias Nações Unidas.

Na ilha caribenha, fez eco, sobretudo a parte referente ao embargo económico. Num artigo intitulado “Cuba na ONU: Vozes contra o bloqueio”, a agência cubana de notícias, destaca que o Presidente angolano reafirmou, no seu discurso, que “Cuba não é um Estado terrorista, não produz nem possui armas nucleares, tampouco dispõe de armas químicas ou bacteriológicas que pudessem, de facto, representar uma ameaça iminente ou real à segurança nacional de outros países, inclusive os vizinhos”.

A principal agência de notícias de Cuba sublinha ainda as palavras de reconhecimento do Presidente angolano a Cuba que destaca a contribuição deste país no combate ao então regime do apartheid. “Pelo contrário, Cuba contribuiu para a queda do regime racista e segregacionista do apartheid na África do Sul, um regime condenado de forma unânime pela comunidade internacional e, posteriormente, tornou-se um dos signatários dos Acordos Quadripartitos de Nova Iorque, de 22 de dezembro de 1988”, recordou o mandatário.



A Televisão cubana, na sua edição do Teletjornal, destacou, igualmente, o discurso do Presidente João Lourenço que classificou o bloqueio como “desumano e injusto”. O principal jornal da TV cubana apontou que o Estadista angolano considerou o embargo a Cuba como violador de todos os princípios e normas do Direito Internacional e pediu mais uma vez, que se ponha fim a esse bloqueio contra Cuba.

A Rádio França Internacional (RFI) deu primazia ao clamor angolano pela reestruturação do Conselho

de Segurança das Nações Unidas como pilar indispensável para restabelecer a confiança nas instituições multilaterais.

A ONU News direccionou os seus holofotes para o protagonismo regional de Angola, enaltecendo a sua contínua defesa de soluções genuinamente africanas para mitigar as crises do continente. Já a Deutsche Welle (DW) realçou a expressão “anarquia mundial” e a consequente exigência de uma nova governança global, mais democrática, justa e equitativa.

Brasil alerta para o risco de conflagração global

Os principais órgãos de comunicação social do Brasil realçam, entre outros aspectos, o alerta do Chefe de Estado angolano quanto ao crescente risco de uma conflagração global, sublinhando a sua preocupação com o agravamento das tensões internacionais e o impacto que este cenário poderá ter sobre a paz, a segurança e a estabilidade mundial.

As publicações evidenciam, igualmente, o apelo de Angola ao reforço

do diálogo, da cooperação multilateral e da diplomacia como instrumentos indispensáveis para a prevenção de conflitos e para a construção de soluções pacíficas face aos desafios que a comunidade internacional enfrenta.

“A significativa cobertura mediática registada nos principais meios de comunicação brasileiros contribuiu para reforçar a projecção internacional da posição de Angola sobre as grandes questões da actualidade mundial, consolidando a imagem do país como um actor comprometido com a promoção da paz, da estabilidade, da concertação política e da defesa do multilateralismo”, refere a Embaixada de Angola no Brasil, em nota a que o *Jornal de Angola* teve acesso.

PAZ E RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Téte António realça experiência angolana

O ministro das Relações Exteriores, Téte António, defendeu, em Nova Iorque, que devem ser os Estados a liderarem os seus próprios processos de paz.

Ao intervir numa Reunião Ministerial da Comissão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz, subordinada ao tema “Prosperidade Nacional na Prática: Fortalecendo instituições estatais inclusivas através do apoio internacional à construção da paz”, Téte António deu como exemplo o processo angolano.

O chefe da diplomacia angolana considerou que o percurso de reconciliação nacional, reconstrução institucional e consolidação democrática do país, após décadas de conflito interno, “constitui um testemunho do



que se pode alcançar quando um Estado assume a liderança soberana do seu próprio processo de paz, apoiado, mas nunca substituído, pela comunidade internacional”.

EMBAIXADOR FRANCISCO DA CRUZ

“João Lourenço foi o porta-voz de África”

O representante permanente de Angola junto das Nações Unidas considerou que o Presidente João Lourenço, por ter sido o primeiro Chefe de Estado africano a discursar na 81.ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU “foi o porta-voz das preocupações dos povos de África”.

Segundo o diplomata, o Presidente João Lourenço manifestou uma preocupação mais profunda em relação aos desafios que vivemos e fez maiores críticas em relação a algumas medidas unilaterais de certos países.



REPRESENTANTE NA UNIÃO AFRICANA

Miguel Bembe destaca coragem do Presidente

A afirmação do Presidente João Lourenço segundo a qual “nenhuma arma é mais poderosa que a diplomacia” sintetiza, de forma brilhante, a essência da identidade externa de Angola, considera o embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da União Africana.

Ao reagir ao discurso do Chefe de Estado angolano, Miguel Bembe advertiu que aquela asserção final não é apenas um aforismo retórico, mas um princípio vital que vai orientar a acção da missão diplomática em Adis Abeba.

EDIÇÕES NOVEMBRO
Paixão pela ImprensaCONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
Drumond Alcides
Jaime Mafuta
(presidente)ADMINISTRADORES
EXECUTIVOS
Cândido Bessa Receado,António Samuel Eduardo,
Joaquim Pedro Zua Quicuca e
Eunice Carla Teixeira MorenoADMINISTRADORES
NÃO EXECUTIVOS
Guilhermino da Costa Alberto
e Victória QuintasCoordenador
Drumond Jaime
Coordenadores adjuntos
Cândido Bessa Receado
e Bernardino ManjeColaboram nesta edição
Paulo Caculo, César Esteves
e Engrácia FranciscoFotografia
Contreiras Pipa e DRPaginação e arte
Adilson Santos, Luquemba Pedro,
José Ricardo e Augusto AntónioCopydesk
Paulo de Carvalho, Augustavo
Sembissa e João Chicombe